

Revista **a** EVOLUÇÃO

Ano II - nº 14 - Mar./2021 - ISSN 2675-2573

ISSN 2675-2573



ADRIANA CAROLINA DE SIQUEIRA

De geração a geração: Professor.

POIESIS



Filada 3:
ABEC
BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos



Carlos Eugênio Rêgo
Cleia Teixeira da Silva Oliveira
Danton Medrado
Ivete Irene dos Santos
J. Wilton
Kayenne Kamyll
Luiza de Souza Martins

DESTAQUES

MÉTODO QUALITATIVO NA PESQUISA ACADÊMICA
Adeilson Batista Lins

A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM DA CRIANÇA
Aline Pereira Matias

A ANIMAÇÃO NARUTO E A POÉTICA VISUAL DA CRIANÇA NAS AULAS DE ARTE;
NOVAS REPRESENTAÇÕES AO DESENHAR
Isac dos Santos Pereira / Maria Ignes Carlos Magno



A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

www.primeiraevolucao.com.br



Revista **a** EVOLUÇÃO

Ano II - nº 14 Março de 2021 - ISSN 2675-2573

 <https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.14.2021>

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Isac dos Santos Pereira

Ivete Irene dos Santos

Manuel Francisco Neto (Angola)

Patrícia Tanganelli Lara

Thais Thomaz Bovo

Veneranda Rocha de Carvalho

Vilma Maria da Silva

Organização:

Vilma Maria da Silva

Manuel Francisco Neto

AUTORES(AS)

Adeilson Batista Lins

Aline Pereira Matias

Anna Carolyn Lima Kecek Ruis

Arlete Nogueira dos Santos Braga

Carla Lima Almeida de Couto

Edna dos Reis Ricardo

Fellipe William Marques Martins

Glauce Castor de Medeiros

Iolanda Aparecida dos Santos

Isac dos Santos Pereira

José Wilton dos Santos

Kelly da Cruz Bianchini

Maria Vanuzia de Lima Santos

Márcia Dantas dos Santos da Silva

Marinalda Bezerra da Silva

Michelly Aparecida Nogueira Sousa dos Santos

Rosemary Nunes Gomes

Vera Lucia Brasilino



São Paulo

2021

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Isac dos Santos Pereira

Ivete Irene dos Santos

Manuel Francisco Neto (Angola)

Patrícia Tanganelli Lara

Thaís Thomas Bovo

Veneranda Rocha de Carvalho

Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adefilson Batista Lins

Profa. Esp. Ana Paula de Lima

Profa. Dra. Denise Mak

Prof. Me. Isac dos Santos Pereira

Profa. Me. Ivete Irene dos Santos

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara

Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Profa. Me. Veneranda Rocha de Carvalho

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado

Lee Anthony Medrado

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Contatos

Tel. (11) 98031-7887

Whatsapp: (11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com

<https://primeiraevolucao.com.br>

São Paulo-SP - Brasil

Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.

Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião do Conselho Editorial.

Filiada à:



Publicada por:

Edições Livro Alternativo

A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – n. 14 (mar. 2021). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2021.

120 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.14.2021>

www.primeiraevolucao.com.br

COLUNAS

12 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

118 *POIESIS*



ARTIGOS

* Destaque

★	1. MÉTODO QUALITATIVO NA PESQUISA ACADÊMICA Adeilson Batista Lins	17
★	2. A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM DA CRIANÇA Aline Pereira Matias	25
	3. A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO Anna Carolyn Lima Kecek Ruiz	31
	4. PROTAGONISMO: AS METODOLOGIAS ATIVAS E O PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM Arlete Nogueira dos Santos Braga	41
	5. AS ARTES E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA VIDA DE CRIANÇAS E JOVENS Carla Lima Almeida de Couto	47
	6. A IMPORTÂNCIA DE UMA SEGUNDA LÍNGUA PARA CRIANÇAS Edna dos Reis Ricardo	51
	7. AS BRINCADEIRAS E O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS Fellipe William Marques Martins	55
	8. A LUDICIDADE NO DESENHO: A LIVRE E AUTÊNTICA EXPRESSÃO INFANTIL Glauce Castor de Medeiros	61
	9. A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIAS E SUA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO Iolanda Aparecida dos Santos	67
★	10. A ANIMAÇÃO NARUTO E A POÉTICA VISUAL DA CRIANÇA NAS AULAS DE ARTE; NOVAS REPRESENTAÇÕES AO DESENHAR Isac dos Santos Pereira/ Maria Ignes Carlos Magno	71
	11. AS DISCIPLINAS HUMANÍSTICAS NO CURSO DE ENGENHARIA José Wilton dos Santos	77
	12. CONTRIBUIÇÕES DA MÚSICA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL Kelly da Cruz Bianchini	83
	13. FUNDAMENTOS DA LINGUAGEM VISUAL E AUDIOVISUAL Márcia Dantas dos Santos da Silva	91
	14. A IMPORTÂNCIA DA DOCÊNCIA NO DECORRER DA VIDA Maria Vanuzia de Lima Santos	97
	15. MATEMÁTICA DE MANEIRA LÚDICA NAS SÉRIES INICIAIS Marinalda Bezerra da Silva	101
	16. PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO Michelly Aparecida Nogueira Sousa dos Santos	105
	17. A INTRODUÇÃO DA MUSICALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL Rosemary Nunes Gomes	109
	18. AS ARTES E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL Vera Lucia Brasilino	113

A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

ANNA CAROLINY LIMA KECEK RUIZ

RESUMO: Pensar a qualidade na educação tem sido, hoje, questão de estudos, práticas e políticas contemporâneas. Porém, mais do que certezas, temos algumas inquietudes sobre a qualidade das instituições de ensino privadas e públicas quanto à formação discente e docente, quanto à gestão, aos resultados obtidos, às condições de permanência dos alunos nas escolas e quanto às possibilidades de uma aprendizagem significativa. É importante verificar que as políticas públicas de educação quase sempre referem-se, em sua engrenagem, à qualidade da educação. O termo qualidade, contudo, tem, com o passar dos anos, tomado formas e conteúdos diferentes, acompanhando as mudanças ocorridas na sociedade. Cada dia mais, a busca pela qualidade tem sido motivo para transformações das políticas e das ações na educação, por vezes, segundo alguns estudos e indicadores, conflitantes ou incoerentes. Assim, é importante verificar, durante as nossas reflexões, qual foi a concepção predominante que a qualidade na educação adquiriu nestes últimos anos, em termos de parâmetros, indicadores e avaliações. No Brasil, quando discutimos a qualidade na educação, é muito comum ouvir dizer que o ensino público no Brasil é de má qualidade. Por isso devemos refletir o que é qualidade. Podemos garantir a qualidade do ensino hoje observando a escola, principalmente a pública, do passado ou do início do século XX? Será que uma escola que oferece um ensino de qualidade em uma grande metrópole atende, com o mesmo nível de qualidade, uma população que vive em uma região menos populosa ou complexa? Vivemos em um país de grande diversidade e cultura imaterial distintas em diferentes regiões e tudo isso deve ser levado em consideração quando discutimos a qualidade na educação. Vivam os alunos na região da Zona da Mata no Nordeste, na região Serrana de um dos estados do Sul, na Amazônia Legal ou em metrópoles e megalópoles dos estados localizados no Sudeste. O Ministério da Educação e Cultura - MEC (2003), se mostra preocupado em fazer que essas distinções sejam refletidas na qualidade da educação, como bem registrado nos manuscritos dos Indicadores da Qualidade na Educação, afinal, todos vivemos num mesmo país, num mesmo tempo histórico, sendo provável que compartilhem muitas noções gerais sobre o que é uma escola de qualidade.

Palavras-chave: Ensino. Qualidade na educação. Políticas públicas de educação. MEC.

INTRODUÇÃO

Para Moacir Gadotti, do Instituto Paulo Freire (2013), o tema da qualidade na educação tem sido abordado sob dois diferentes ângulos: o da adequação de melhores estratégias para alcançar velhos objetivos instrucionais ou em função de um currículo em mudança. A qualidade na educação é um conceito dinâmico, que precisa ser adaptado a um mundo que está em constante transformação e estar ligado à vida das pessoas e ao seu bem viver. Em artigo publicado no COEB 2013 – Congresso de Educação Básica: qualidade de aprendizagem da rede municipal de Florianópolis –, Gadotti avaliou um conjunto de variáveis intra e extraescolares, que interferem na qualidade da educação, entre elas, a concepção do que se entende por educação.

Qualidade e quantidade como conceitos complementares, já que a qualidade se torna, em um país de desigualdades sociais, um privilégio de poucos, e esse não é o tipo de qualidade que se

busca. Dessa forma, a qualidade da educação precisa ser abordada de forma sistemática. A educação só pode se transformar e passar a ter qualidade no seu conjunto. Temos de abordar e apoderarmo-nos de um conceito político, no que tange a necessidade, população, diversidade de grupos que, apesar de terem elementos comuns, se alteram, dependendo do contexto. Com essa visão – de que a qualidade não pode ser privilégio de poucos –, integra-se ao tema da qualidade a categoria da sustentabilidade, considerando-a como variável central na discussão e, por isso, podendo nos ajudar na renovação dos sistemas educacionais.

A maior parte das pessoas da sociedade, em sua pluralidade e segundo suas diferenças, seguramente concorda com a afirmação de que uma escola boa é aquela em que os alunos aprendem coisas essenciais para sua vida, como ler e escrever, resolver problemas matemáticos, conviver com os colegas, respeitar regras, trabalhar em grupo – assim

descreveria a maioria de nossos teóricos sobre o que é a qualidade na educação. Porém, quando buscamos a qualidade na educação – e lembrando que a cultura e o contexto em que a escola se encontra são tão importantes quanto os temas citados anteriormente – quem pode definir bem e dar vida às orientações gerais sobre a qualidade na escola, em acordo com os contextos socioculturais locais, é a própria comunidade escolar.

Assim, quando falamos de qualidade na educação, apesar dos conceitos mínimos a serem levados em consideração, não existe um arquétipo ou uma receita única para uma escola de qualidade. Qualidade é um conceito dinâmico, renovado constantemente. Cada escola tem autonomia para refletir, propor e agir na busca da qualidade da educação. Oferecer qualidade a educação não é uma ação fácil. Desde a década de 1980, com a abertura política do país, diferentes órgãos e instituições vêm buscando parâmetros, indicadores e diferentes referências para avaliar qualitativa e quantitativamente a educação.

Para cada realidade da comunidade escolar, uma série de parâmetros vai influenciar e definir critérios e prioridades para buscar a qualidade de ensino em determinada instituição na comunidade da qual faz parte. No marco dos sistemas educacionais, o termo qualidade na educação admite uma variedade de interpretações, dependendo da concepção que se tenha sobre o que esses sistemas devem proporcionar à sociedade. Compreende-se aqui que não há qualidade na educação sem a participação da sociedade na escola.

De acordo com Dourado, Oliveira e Santos (2007), a qualidade social deve considerar as extensões intra e extraescolares que afetam profundamente as condições de ensino e aprendizagem. As referências à dimensão extraescolar correspondem aos fatores econômicos, socioculturais e às obrigações do Estado no provimento público da educação e na viabilização de condições de formação e valorização da carreira docente.

Observando as discussões, durante o IX ANPED – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, realizado em 2012, o artigo de Nardi e Schneider da Unesco, colocaram em pauta a urgente responsabilidade de toda a sociedade brasileira em relação à qualidade na educação. As políticas educacionais dessa primeira década do século XXI têm convergido para que o tema da qualidade na educação seja alçado à questão central da sociedade brasileira. Essas políticas têm sido consolidadas por um conjunto incontável de documentos, alguns transformados em resolução, outros no formato de pareceres ou orientações às escolas, às redes, aos sistemas e gestores públicos. Serão essas políticas

e documentos que iremos vivenciar, percorrer e analisar durante o transcorrer da aplicação desta disciplina.

É nesse contexto que percorreremos esses diferentes documentos e examinaremos instituições governamentais e não governamentais para compreendermos “o que é qualidade na educação” e, a partir disso, vamos refletir e avaliar a potencialidade e o alcance das estratégias e ações realizadas, bem como as ações propostas pelas redes e escolas públicas ou privadas, visando a melhoria da qualidade educacional apontada nos indicadores de desenvolvimento da educação, no tema da qualidade nas políticas educacionais contemporâneas.

Para dar início a essa jornada, vamos descobrir alguns pressupostos de qualidade educacional presentes em textos de políticas públicas para a educação, organizados pelo governo brasileiro, por organizações internacionais e outros parceiros. O intuito, com isso, é provocar uma reflexão sobre a importância da escola pública democrática e de qualidade, bem como sua relevância diante do processo de emancipação social e conquista da cidadania.

INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Boletim da Unesco (2003, p. 12) utiliza como paradigma para a busca da qualidade da educação a relação insumos-processos-resultados. Dessa maneira, a qualidade da educação é definida pela relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da ligação entre o que ocorre na escola e na sala de aula, onde se designa os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação à preparação das crianças, entre outros. O boletim ressalta, ainda, que a qualidade da educação pode ser definida a partir dos resultados educacionais representados pelo desempenho do aluno.

Paulo Freire, já em 1989, ao assumir a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, segundo Gadotti (2013, p. 6), nos falava de uma “nova qualidade”, destacando uma “escola pública popular”, uma escola com uma “nova cara”, que deveria ser avaliada por outros padrões: a qualidade não deveria ser medida apenas pelos valores de um saber sistematizado que foi aprendido, mas também pelas ligações de solidariedade que forem criados. Ele queria incluir na sua proposição de qualidade da educação, não só os saberes curriculares, mas, também, a formação para a cidadania. Ainda nessa linha de pensamento desenvolvida no artigo de Gadotti (2013), educar com qualidade sociocultural e socioambiental constitui o educar para o respeito à diversidade cultural, o educar para o cuidado em

relação aos outros e ao meio ambiente, enfim, uma educação sustentável, democrática e emancipadora.

Segundo o Ministério da Educação e Cultura – MEC (2003), os Indicadores da Qualidade na Educação foram criados com o objetivo de ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da escola. Seleccionando, estudando e avaliando seus pontos fortes e fracos, a escola tem condições de intervir em sua atuação para melhorar a qualidade educacional de acordo com seus critérios e prioridades. Para tal, podemos identificar sete elementos fundamentais – nomeados de dimensões – que devem ser considerados pela escola na reflexão sobre sua qualidade de educação. Para avaliar essas dimensões, foram criados alguns sinalizadores de qualidade educacional de importantes aspectos da realidade escolar: os indicadores.

De acordo com a descrição do documento do MEC (2003), com um bom conjunto de indicadores tem-se, de forma simples e acessível, um quadro de sinais que possibilita a verificação de pontos qualitativos positivos e negativos na escola, de forma que todos os que integram a comunidade escolar possam tomar conhecimento e tenham condições de apurar os problemas, discutir e priorizar medidas para atingir melhores condições com a definição de novas ações ou apenas adaptando as existentes.

Ainda segundo este mesmo documento, nos Indicadores da Qualidade na Educação, sempre é ressaltada a responsabilidade de toda a comunidade quanto à verificação da qualidade educacional escolar: pais, mães, responsáveis, professores, diretores, alunos, funcionários, conselheiros tutelares de educação e dos direitos da criança, ONGs, órgãos públicos, universidades, enfim, todo cidadão ou instituição que se relaciona com a escola e se mobiliza pela sua qualidade de educação.

Destacando a educação como assunto de interesse público e, dessa forma, garantindo a verificação e a aplicação instrumental dos indicadores pelo envolvimento de todos os membros da comunidade escolar – inclusive as crianças das séries iniciais do ensino fundamental –, é possível alcançar uma avaliação condizente com uma escola de qualidade, proporcionando à comunidade a excelência em formação. Como já dito anteriormente, durante o estudo desta disciplina verificaremos os diferentes atores envolvidos na elaboração de documentos que indicam o caminho a ser seguido para alcançar a tão esperada qualidade na educação; aqui, reforçando, não será diferente.

Os Indicadores da Qualidade na Educação são resultado da parceria de várias organizações governamentais e não governamentais desde 2003: Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação; Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância);

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, autarquia do Ministério da Educação); Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária); CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação); Consed (Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação); Fundação Abrinq; Fundescola-MEC (Fundo de Fortalecimento da Escola, programa do MEC nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste); Seif-MEC; Seesp-MEC; Caise-MEC; IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ligado ao governo federal); Instituto Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais; Ipea (Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados, ligado ao governo federal); Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação); e Uncme (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação).

Dessa ampla parceria, pretende-se que o documento em que são discutidos os indicadores de qualidade da educação chegue a todas as escolas públicas de ensino fundamental e médio do país – e, em escolas de educação infantil, é sugerida uma adequação dos indicadores e das perguntas conforme as necessidades desse segmento escolar –, dando início então a um amplo movimento de mobilização da comunidade escolar, que permitirá a seus participantes refletir, discutir, criar ações para a melhoria da qualidade da escola e, finalmente, pô-las em execução. Baseado nesse documento, vamos ressaltar abaixo, alguns indicadores que discutiremos em outras unidades desta disciplina.

Ambiente educativo

De acordo com os Indicadores da Qualidade na Educação - MEC (2003), a escola é um espaço de ensino, aprendizagem e construção e vivência de valores. Nela, os alunos se socializam, brincam e experimentam a convivência com a diversidade humana, fazendo assim os primeiros exercícios de defesa de direitos e cumprimento de deveres.

Prática pedagógica

A prática pedagógica é uma ação planejada e refletida do professor no dia a dia da sala de aula, que é onde a escola realiza seu maior objetivo: fazer com que os alunos aprendam e adquiram o desejo de aprender cada vez mais e com maior autonomia. (Indicadores da Qualidade na Educação - MEC, 2003).

Avaliação

De acordo com os Indicadores da Qualidade na Educação - MEC (2003), a avaliação é parte complementar e básica do processo educativo. Por

meio dela, o professor tem ciência de como está a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos e obtém indícios para refletir e melhorar sua própria prática pedagógica. Um bom processo de ensino-aprendizagem na escola inclui uma avaliação inicial para o planejamento do professor e outra avaliação ao final de uma etapa de trabalho.

Gestão escolar democrática

A gestão escolar democrática envolve o partilhar das decisões e informações, a preocupação com a qualidade da educação e com a relação custos-benefício, a transparência na condução da escola (por exemplo, a capacidade de deixar claro para a comunidade como são usados os recursos da escola, inclusive os financeiros), a divisão de todas as ações entre alunos, responsáveis, professores, funcionários e outras pessoas da comunidade na administração escolar, entre outros pontos. (Indicadores da Qualidade na Educação - MEC, 2003).

Formação e condições dos profissionais da escola

Para os Indicadores da Qualidade na Educação - MEC (2003), é de responsabilidade dos profissionais da escola realizar o que chamamos de transposição didática. Para atender à tal demanda, é importante ter boas condições de trabalho, preparo e equilíbrio, bem como garantir a formação continuada aos profissionais e também outras necessidades, tais como estabilidade empregatícia do corpo docente – que incide sobre a consolidação dos vínculos e dos processos de aprendizagem, mantém uma relação adequada entre o número de professores e o número de alunos, reflete salários condizentes com a importância do trabalho –, entre outros.

Ambiente físico escolar

De acordo com os Indicadores da Qualidade na Educação - MEC (2003), os ambientes físicos escolares de qualidade são espaços educativos organizados, limpos, arejados, agradáveis, cuidados, com vegetação, mobiliário, equipamentos e materiais didáticos adequados à realidade da escola, com recursos que permitam a prestação de serviços de qualidade aos alunos, aos pais e responsáveis e à comunidade, além de boas condições de trabalho aos professores, diretores e funcionários em geral.

Acesso, permanência e sucesso na escola

Esse indicador da qualidade da educação é um dos principais desafios atuais de nossas escolas, fazer com que crianças e adolescentes nela permaneçam e consigam concluir os níveis de ensino em idade adequada, e que jovens e adultos também tenham os seus direitos educativos atendidos.

Mesmo com os muitos problemas que podemos verificar diante da avaliação por meio dos indicadores, associados a outros resultados apresentados pela educação no Brasil, muito se conquistou nos últimos anos – o que não significa que não tenhamos muito que trabalhar para alcançar as metas previstas para uma melhor qualidade na educação. O tema da qualidade na educação está sendo discutido em muitos espaços, pois não basta melhorar apenas um aspecto para conseguir aperfeiçoar a educação como um todo. Apesar de diferentes contextos, existem muitos elementos comuns na busca de uma educação de qualidade, como o acesso à educação para todos. Esse debate revela que, não só que a educação está passando por uma profunda transformação, mas que, nesse processo, seus objetivos tradicionais já não estão sendo alcançados e que é necessário modificá-los. (Indicadores da Qualidade na Educação - MEC, 2003).

METAS PARA A EDUCAÇÃO NACIONAL – ALCANCE DA QUALIDADE

Depois de mais de três anos em tramitação no Congresso Nacional, o texto do PNE (Plano Nacional de Educação) foi sancionado em 26 de junho de 2014, pela Presidente Dilma Rousseff, por meio da Lei n. 13.005. Gestão, financiamento e formação de profissionais são temas que ainda se apresentam como desafios contínuos à política educacional brasileira e que compõem parte das 20 metas do PNE. Dessas metas, destacam-se:

- 1) até 2016 – Universalização da educação infantil na pré-escola (4-5 anos); e
- 2) até 2024 – Ampliação da educação infantil em creches para atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos.

É de extrema importância reconhecer a luta desempenhada pelo Fórum de Educação na consolidação do PNE (2014). Agora, toda a sociedade, as organizações e instituições educacionais devem, com esforço permanente, fazer valer essa conquista, fruto de mobilizações políticas públicas e sociais. Somente no ano de 2013 foi incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) a emenda que dispunha sobre a “obrigatoriedade da oferta gratuita da educação básica para crianças e adolescentes dos quatro aos 17 anos de idade”, lembrando que a oferta para Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos (EJA) ainda é proporcionada muito timidamente, por Município, Estado e Governo Federal. A consciência dos brasileiros quanto às políticas públicas para a educação vem sendo construída lentamente. As políticas educacionais devem ter como elemento estruturador o direito que crianças e jovens têm a um processo formativo, continuado e que dê

fundamentos para uma vida em sociedade a partir de aspectos morais, políticos, éticos e sociais.

Com a construção dessa consciência, apresentamos um termômetro para verificar o curso que essas políticas públicas têm tomado depois dessas diversas conquistas. Compreendemos que no dia a dia das salas de aula e da gestão escolar, o desafio, entre outros, está em garantir que todos os estudantes aprendam o que devem aprender na idade certa e ampliem suas chances de prosseguir os estudos. Com a avaliação passamos a ter uma noção mais intensa, um termômetro, uma medida, da atuação dos estudantes brasileiros no Ensino Fundamental e Médio, e as diretrizes das políticas educacionais passaram a ancorar-se em seus resultados.

Sabemos da importância que as avaliações educacionais têm. Tanto as avaliações externas como as realizadas internamente pelas escolas. Sabemos também que são necessários parâmetros para que essas avaliações favoreçam a tomada de decisões e o planejamento de ações para o aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem. Como resultados legítimos, essas avaliações podem contemplar a produção de subsídios e reflexões sobre as estratégias apropriadas para contribuir de forma direta na melhoria da qualidade do ensino. No Brasil, inúmeras são as avaliações feitas para mensurar a qualidade de ensino, o que é um grande complicador, pois elas coexistem sem fazer dialogar diversos instrumentos de avaliação, sendo aplicadas nos diferentes sistemas de ensino: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado do Rio de Janeiro (Sareerj), Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Prova Brasil, entre outros. (PNE, 2014).

Segundo Machado (2007), em seu artigo, a falta de uma integração na produção e critérios de avaliação entre eles, faz com que as avaliações não colaborem para a construção de uma interpretação sólida dos problemas, para a realização de ações que possam efetivamente transformar a situação, ou seja, a criação de novos instrumentos de avaliação não resultará em ações práticas para se promover uma educação de qualidade. São inúmeros os problemas que estão presentes na educação brasileira, especialmente na educação pública. Os fatores que proporcionam resultados negativos são diversos. Um exemplo disso são as crianças que se encontram no 6º ano do ensino fundamental e não dominam as habilidades de ler e escrever. As avaliações implantadas pelo governo para avaliar a educação brasileira, algumas referenciadas no início deste texto, apresentam números que nos levam a diagnosticar a má qualidade do ensino no Brasil. No

movimento “Todos pela Educação” ficaram definidas algumas metas a serem alcançadas até 7 de setembro de 2022. São elas:

- a) todo indivíduo com idade entre 7 e 17 anos deverá estar na escola;
- b) todo indivíduo com idade de 8 anos deverá dominar a leitura;
- c) os alunos deverão ter acesso a todos os conteúdos correspondentes à sua série;
- d) todos os alunos deverão concluir as etapas de estudo (fundamental e médio);
- e) garantia de investimentos na Educação Básica.

Essas metas gerarão, possivelmente, medidas que poderão combater os índices de baixa qualidade de ensino, mobilizando a sociedade para a importância que a educação exerce e que a sociedade exerce sobre ela. Os indicadores e a avaliação mensuram, inclusive, a metodologia da prática de ensino. As condições materiais e físicas da Escola, as condições de trabalho do Professor e sua formação, o papel da Gestão Escolar e a realidade socioeconômica e sociocultural sofrem o controle da verificação e a avaliação da qualidade de ensino.

OBSTÁCULOS À APRENDIZAGEM DE QUALIDADE

De acordo com Pretto (2006) e Souza (2010), existem fatores que fazem obstáculo para uma aprendizagem significativa, levando o educando ou uma comunidade ao abandono, evasão escolar, reprovação e/ou baixa qualidade de ensino. Descrevemos aqui alguns desses obstáculos:

- Escassez de professores qualificados: os sistemas de educação são complexos e são influenciados por inúmeros atores. Mas nenhum sistema de ensino é melhor do que seus professores. A ausência de professores, combinado com o absentismo e a falta de qualificação, é um dos principais obstáculos para a aprendizagem. É necessário existir professores com remuneração adequada e que estes sejam respeitados em suas comunidades. Os professores devem ter oportunidades de capacitação e desenvolvimento profissional contínuo;
- falta de materiais de aprendizagem: livros didáticos desatualizados, falta de bibliotecas com variedades de títulos, obras didáticas que são frequentemente compartilhadas por seis ou mais alunos, ausência de pastas de trabalho, folhas de exercícios e outros materiais essenciais para ajudar os alunos a aprender suas lições e autonomia em trabalhos extraclasse: infelizmente, esta é a realidade de docentes que exercem a profissão no território brasileiro. Os professores também precisam de materiais para ajudar a preparar suas aulas a fim de compartilhar com seus alunos e

orientar as aulas. A exclusão digital persistente e acesso desigual às tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) têm implicações graves para a educação. As TDIC's, quando bem utilizadas e mediadas, podem transformar não só a instrução, mas também o processo de aprendizagem. Em relação as TIDC's, ainda é necessário capacitar professores e alunos;

- base fraca na primeira infância: uma proporção significativa de crianças não se beneficia com programas de educação para a primeira infância, que é a educação infantil, o que pode comprometer seu desenvolvimento cognitivo e sua preparação para a escola. Por isso, a importância do investimento na educação infantil;

- educandos com dificuldades de aprendizagem: alunos com dificuldades de aprendizagem são esquecidos na sala de aula. Muitas vezes resistem na escola por muitos anos e simplesmente desistem, por falta de motivação e orientação. As escolas de educação básica precisam dar atenção ao rendimento e ao aprendizado significativo desses alunos;

- ambientes familiares difíceis: circunstâncias de vida desafiadoras e famílias desestruturadas afetam o aprendizado de uma criança de muitas maneiras. Quando as famílias não têm eletricidade, água em casa, sobretudo nas zonas rurais, as crianças têm menos horas disponíveis para estudar e aprender. Quando suas casas não têm livros ou outro material de leitura, elas praticam menos e esquecem mais. Durante as férias escolares, a falta de incentivo ao lazer cultural e à leitura faz a criança se afastar de um aprendizado significativo. Quando faltam, aos próprios pais, habilidades, tempo e formação escolar para estudar com as crianças, isso compromete o aprendizado delas. Outros fatores, como um ambiente familiar estressante ou violento pode, também, ser um obstáculo à aprendizagem de uma criança;

- incompatibilidade de competências e de meios de vida de hoje: nossos jovens têm o potencial de alterar o curso da história. No entanto, o ensino praticado em algumas instituições reduz o pensamento criativo ou inibe o modo de pensar divergente. A instituição é rígida e não se adequa às necessidades e talentos individuais. Essa forma de aprendizagem é generalizada. Há uma incompatibilidade entre as competências necessárias no mundo de hoje e as adquiridas pelo sistema de ensino atual. A educação técnica e profissionalizante é específica e estreita, limitando as oportunidades de emprego e trazendo a ameaça futura de as habilidades adquiridas tornarem-se rapidamente obsoletas em um mundo dinâmico e em rápida mutação;

- fome e má nutrição: o impacto da fome sobre os sistemas educativos é grave, mesmo com a

merenda escolar. Quando as crianças estão com fome durante as aulas, elas têm dificuldade de concentração. Fornecimento de refeições escolares e programas de proteção social com foco nas necessidades das crianças podem garantir que nenhuma criança esteja com fome na escola;

- sistemas ineficazes para avaliar o desempenho dos alunos: não podemos melhorar facilmente o progresso dos alunos sem mensurá-lo. Os sistemas de educação devem acompanhar de perto a forma como os alunos estão aprendendo, a fim de oferecer o suporte correto, antes que seja tarde demais. Além disso, as avaliações, muitas vezes, são utilizadas indevidamente, e não como um meio adequado para identificar maneiras de ajudar os alunos a melhorar sua aprendizagem. Temos de ter melhores maneiras de fazer um balanço, de saber se as crianças estão aprendendo e usar as informações para dar apoio e utilizar recursos para encontrar soluções eficazes e dirigir o ensino para uma educação de qualidade.

Esses são alguns dos fatores extraescolares e intraescolares que podem afetar as escolas de forma significativa, que estão aqui para provocar uma reflexão a respeito de como impactar a sociedade para que aconteça uma mudança real na qualidade de ensino. O que buscamos, constantemente, é uma escola capaz de trabalhar um currículo significativo, preparada para proporcionar o ensino e a aprendizagem que, de fato, se concretizem com uma proposta político-pedagógica aliada e estruturada à uma pedagogia crítica capaz de desafiar o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica, e – como na concepção de Paulo Freire (1989) – seja uma escola justa e igualitária. Para tal, temos de proporcionar um ambiente social que valorize a cultura, a educação e a formação do cidadão.

O que conseguimos verificar, até agora, é que o tema qualidade na educação é complexo, pois para consolidar-se como conceito, ele permeia vários setores sociais, econômicos e culturais com interesses diversos e até antagônicos. Na visão da Organização das Nações Unidas - ONU (2003), qualidade é a categoria central deste novo paradigma de educação sustentável. Mas, em momento algum essa visão separa qualidade da quantidade. O fato é que, viver uma educação de qualidade no Brasil, ainda é algo para poucos. Precisamos edificar uma "nova qualidade", como dizia o educador Paulo Freire, que possa, de fato, acolher a todos. Qualidade significa melhoria da perspectiva de vida das pessoas, de forma justa e igualitária, de acordo com o trabalho realizado e valorizado.

Na educação, a qualidade está ligada diretamente à qualidade de vida da sociedade, a partir da comunidade escolar. As condições

oferecidas na educação só poderão ser adequadas se a qualidade do professor, do aluno e da comunidade for tão boa quanto às condições propiciadas. Assim, a educação de qualidade deve procurar um objeto educacional de relevância para produzir a melhor construção do saber. Ela tem de ser eficaz e eficiente, além de ser efetiva e construída em uma sociedade que busca a melhoria para todos.

Vivemos em uma sociedade marcada por desigualdades, fadada por problemas que transcendem às diferenças e às desigualdades. Uma sociedade em que muitos indivíduos são preteridos de participação econômica, social, política e cultural. Porém, se a cultura de um povo é democrática e ele atua nas decisões políticas, é provável que sua política educacional respeite as sugestões e as aspirações da população em seus diferentes níveis econômicos, sociais, políticos e culturais.

A escola que temos hoje, infelizmente, ainda carrega como prática e estrutura conceitos que podemos considerar secular, mantendo processos de relações individualizadas que promovem a exclusão, que questionam e que não está preparada para as diferenças e que leva, muitas vezes, ao fracasso escolar. É preciso refletir em todos os sentidos da educação, pensar e construir novas condições para mudar essa realidade, para dar acesso à população ao conjunto de saberes pertinentes ao núcleo escolar, sem distinção às diferenças. Assim, para orientar nosso trabalho, vamos compreender como funcionam as políticas públicas no geral e conhecer, aos poucos, as Políticas Públicas Educacionais para alavancar a qualidade na educação. Os autores Lowi (1964) e Azevedo (1997), percebem os três tipos de políticas públicas:

- políticas públicas redistributivas, que consistem em redistribuição de recursos, renda, equipamentos e serviços públicos, que pode acontecer através de programas públicos para atender a população em sua diversidade;
- políticas públicas distributivas, que estão presentes nas ações cotidianas que todo e qualquer governo precisa fazer. Essas políticas públicas, dizem respeito à oferta de serviços públicos, materiais e equipamentos que atendem ao funcionamento da cidade, mas sempre é realizada de forma pontual de acordo com a demanda local;
- políticas públicas regulatórias, que estão diretamente ligadas na elaboração das leis que autorizarão os governos a perpetrarem, ou não, determinadas políticas públicas redistributivas ou distributivas.

Se as políticas públicas redistributivas e distributivas fazem parte das ações do poder executivo, a política pública regulatória é parte efetiva do campo de ação do poder legislativo. Esses

três tipos de políticas têm o intuito de corroborar para a construção das Políticas Públicas Educacionais, entre outras políticas. As políticas públicas educacionais estão ligadas a tudo o que um governo faz, projeta, idealiza ou deixa de cumprir em educação. Entretanto, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais têm um foco mais específico no desenvolvimento e regulação da educação que, em geral, se dedica às questões escolares. Podemos dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar, que podemos examinar aqui é um sistema educacional subordinado as aspirações da sociedade e que devem ser expressos por aqueles que formulam as políticas educacionais. Seus pressupostos são a universalização do acesso, a igualdade e a qualidade, que se faz presente através da legislação educacional.

Assim, a regulamentação e a discussão de uma reforma na legislação educacional e nas políticas públicas que a abrange têm ganhado espaço de destaque na literatura educacional e nas rodas de intelectuais, com o debate sobre as políticas públicas para uma educação de qualidade, uma vez que, em grande parte dos países do mundo, vêm se implementando reformas no âmbito da organização do currículo, gestão e financiamento dos sistemas de ensino. Isto acontece devido às grandes mudanças ocorridas no âmbito econômico, social e político e que incluem processos como a globalização, as transformações no mundo do trabalho, da tecnologia, da comunicação e no mundo da informação, além das mudanças sociais que reconfiguram a realidade em todas as partes do mundo.

O atendimento educacional é feito pelo poder público em todas as suas instâncias federativas (União, estados e municípios), sem contar com as instituições privadas que integram os respectivos sistemas de ensino. Quando falamos em políticas educacionais, tratamos do ambiente escolar como ambiente de ensino-aprendizagem. Um ambiente próprio para realização das atividades educacionais, um meio em que um grupo distinto de atores irá promover o processo educacional, delimitado por um sistema que é fruto de políticas públicas. A escola é esse espaço. Seus atores, que trabalham em comunidade, articulam partes distintas nesse sistema. São eles: alunos, professores, corpo de funcionários, pais e comunidade no entorno da escola e Estado. (Moura, 2006).

Ainda segundo o mesmo autor, o espaço é definido pela política pública educacional, mesmo sabendo que educação vai além do ambiente escolar, pois cada núcleo social, frequentado pelo aluno, é lugar de aprendizado: família, escola, rua, espaço religioso, eventos culturais, entre outros.

Todos eles influenciarão a dinâmica do viver, do ser, do conhecer, do fazer no processo de aprendizagem e descoberta do mundo. Porém, o espaço escolar traçado pelas políticas públicas educacionais, é o espaço formal para construção deste conjunto de saberes. Aqui, chegamos ao ponto em que este sistema irá pensar o formal e prospectar a qualidade de ensino. O espaço estruturado por indivíduos e bens materiais para construção e manutenção do processo ensino-aprendizagem deverão contar com as seguintes peças: espaço predial, contratação profissional (professores e corpo de funcionários), formação docente, trabalho de formação continuada do docente (qualificação), plano de carreira, valorização do profissional, matriz curricular, gestão escolar, avanços tecnológicos, entre outros aspectos e pontos importantes influenciados pela sociedade para o andamento desta instituição. Afinal, essas políticas precisam ser moldadas de acordo com o crescimento e evolução da sociedade, para atingir uma educação significativa e de qualidade.

É por esses fatores que existe a necessidade em se discutir políticas públicas. Os governos devem transformar e reformular suas políticas de acordo com seu tempo, para que o sistema acompanhe, com mais naturalidade, as necessidades de uma sociedade para atuar na formação de seu cidadão. A escola que conhecemos hoje pode ser considerada “jovem”, isto é, não tem mais de 150 anos. Atualmente, apesar de ainda presenciarmos a desigualdade, a escola é espaço, segundo suas políticas, para todos os grupos sociais, garantido pelo Estado, disseminador da cultura comum e universal acumulada na experiência de cada indivíduo.

Para Moura (2006), cabe ao Estado formular as políticas públicas que irão construir e nortear esse espaço escolar. O tempo todo, a cultura humana passa pelas mais profundas transformações. A revolução tecnológica, por exemplo, exige um conjunto significativo de novos saberes. Desta forma, cabe ao Estado, diante destas transformações, reformular suas políticas educacionais, para acompanhar essa transformação social. Diante da necessidade de pensar as tendências, perspectivas e dinâmicas desencadeadas nas políticas educacionais contemporâneas para melhoria da educação, o desafio se torna ainda mais complexo.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: PERSPECTIVAS PARA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Até o momento, constatamos que a educação, como direito à cidadania e ao bem social, é de responsabilidade do poder público e que cabe à sociedade exercer fiscalização sobre a oferta de educação em todos os seus níveis e modalidades.

Para Pereira (2008), da mesma maneira, a direção da política educacional gerenciada pelo Estado tem de tomar o rumo da garantia da igualdade, tanto de condições quanto de oportunidades e de concreta democratização do espaço escolar.

Partindo desses pressupostos, podemos refletir sobre qual a forma de aparelhamento da educação que realmente nos leva à realização da democratização educacional e da sua qualidade. E alguns fatos devem ser considerados: apesar de termos todo empenho que possa parecer, ao avaliar e planejar o sistema educacional, ofertando ensino de diversos níveis e modalidades, o nosso atendimento educacional é muito falho e precário.

Por meio de diferentes instrumentos, governos e sociedade, auxiliados por diferentes instituições e critérios, têm se avaliado a educação e o sistema de ensino. O que podemos verificar é que, ainda nos dias de hoje, permanece o analfabetismo, mesmo que funcional. Presenciamos, também, que nem todas as crianças de 7 a 14 anos estão na escola: o atendimento da educação infantil é baixíssimo; o do ensino médio não chega nem à metade dos jovens em idade própria; e, quanto à educação especial, ainda não temos estatísticas suficientes de quantos alunos deveriam ser atendidos. O ensino superior, em paridade com o Estado, é atendido, principalmente, em escolas privadas, dependendo da região do país. (PNE - 2014).

Ainda há muito que pensar e discutir para promoção de políticas públicas educacionais que alcancem as necessidades de crescimento no país e a qualidade pretendida para a educação. Convivemos, ainda, com altos índices de reprovação e evasão, tanto por causas extraescolares como intraescolares. Os salários dos profissionais da educação são baixos e as condições materiais e físicas das escolas deixam a desejar. Os cursos de capacitação continuada e cursos de formação para docência ainda não atingem o número suficiente de profissionais.

Aprofundando nos problemas, diversos estudiosos concluíram que, no Brasil, desde a década de 1970, existem problemas com a instauração de um sistema nacional de educação. Não existe um sistema nacional onde se possa garantir o conjunto das escolas, níveis e modalidades onde se possa obter uma “unidade na diversidade”. (Pretto, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo privilegiou aos municípios a oferta da educação básica, mas manteve seus próprios projetos de presença junto aos municípios e às unidades escolares, como a Alfabetização Solidária, Programa de Alfabetização na Idade Certa,

Programa de Dinheiro Direto da Escola (PDDE). Então, estados municipalizaram escolas com a primeira fase do ensino fundamental em nome do cumprimento da LDBEN. Outrossim, boa parte das suas escolas tem necessidades de manutenção supridas pelos municípios. Ao mesmo tempo, estes mantêm, direta ou indiretamente, instituições de ensino superior, ainda que não garantam a ampliação necessária de oferta na educação infantil.

É importante destacar sobre os municípios que a Constituição de 1988 foi uma constituição municipalista. A partir dela, o município foi reconhecido como ente federativo em pé de igualdade com os estados. Com esse reconhecimento, foi dada uma progressiva descentralização da execução das políticas sociais – saúde, educação, habitação, saneamento, entre outros, para administração dos municípios. Em nome da autonomia, estados, municípios e escolas passaram a assumir responsabilidades ampliadas, embora antes dessa municipalização tenham participado das definições das políticas para tais campos de serviços públicos. É importante notar que, com essa descentralização, muito teve que se adaptar, reformular e estruturar, o que resultou em diferentes impactos que serão verificados mais à frente.

Essa descentralização progressiva para o atendimento educacional nos municípios deixou, por alguns momentos, escolas abertas à interferência tanto do governo federal quanto estadual, quando algum projeto lhes interessa, principalmente quanto ao financiamento desses projetos, programas e outros, pois os municípios muitas vezes não possuem independência financeira suficiente para abarcar esses projetos, assim a esfera federal, por meio de diferentes programas, ainda faz essa ingerência, sempre preocupados com a qualidade do ensino oferecido e sua infraestrutura.

Mesmo que no campo da educação, por diferentes motivos, essa municipalização tenha permanecido em certa dubiedade na Constituição de 1988, dado que se fala de sistemas municipais, mas só se atribui aos estados e à União a competência legislativa, a Lei n. 9.394/96 ajusta esta ambiguidade ao declarar a possibilidade da criação de sistemas municipais de ensino. Ainda assim, como colocados apenas como possibilidade, muitos municípios não adequaram seus sistemas educacionais. Ocorreu uma perda na criação do sistema nacional de educação, bem como, muitas vezes, a perda da qualidade. Assim, movimentos organizados, bem como a produção acadêmica, voltaram seus esforços à implantação de políticas de educação no domínio dos municípios. Com isso, podemos dizer que a ideia de sistema de ensino vai assumindo progressivamente um caráter local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Francisco Matos. Introdução à teoria do planejamento. In: FERREIRA, Roberto Tatiwa. **Planejamento e gestão do desenvolvimento regional**. Belém: UFPA, 2004. Núcleo temático, v. 1.
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas – São Paulo: Autores Associados, 1997.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394/96. BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Fundamental)**. Secretaria. Brasília, 2001, v. 2.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira; Diretoria de Avaliação para Certificação de Competências. **Matrizes Curriculares de Referência para o SAEB** (1997). Brasília: MEC/Inep/Daeb, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 4ª série do ensino fundamental**. Brasília: Inep, 2003.
- DIRETOR do Instituto Paulo Freire abre COEB 2013. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=7993>>. Acesso em: 23 maio 2015
- FEITOSA, R. M. M. **A Utilização dos indicadores: desenvolvimento da educação (PDE)**. São Paulo: 2007.
- FREITAS, Luiz Carlos. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da LDB**. São Paulo: Saraiva, 1996.
- GOMES, Antonio José; NETO, Marcelo S. **Políticas públicas em educação: reflexões histórico sociais**. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.3/GT3_8_2002.pdf>. Acesso em: jan. 2015.
- LIBÂNEO, Jose C. **Organização e gestão de escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.
- LOWI, Theodore. **American business, public policy, case studies and political theory**. World Politics, 16 jul. 1964.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 7. ed. Campinas: Papirus, 1995.
- MEC. **Documento Base** – Documento Final. CONAE.
- MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilsa Martins. **Por que planejar? Como planejar?** 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo F. **Trabalhos com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- OLIVEIRA, J. B. A; CASTRO, Cláudio M. **Relatório Telecurso**. Rio de Janeiro, Fundação Roberto Marinho, 2001.
- PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al.(Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.
- PRETTO, Nelson De Luca. Políticas públicas educacionais no mundo contemporâneo. **Liinc em Revista**, v. 2, p. 10-27, 2006. Disponível em: <https://blog.ufba.br/nlpretto/?page_id=388>. Acesso em: 17 abr. 2015.
- SOUZA, Liliane Ferreira Neves Inglez de. Estratégias de aprendizagem e fatores motivacionais relacionados. **Educ.**

rev. [online], 2010, n. 36, p. 95-107. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n36/a08n36.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialético-libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 1994.



Anna Caroliny Lima Kecek Ruiz

Técnica em Nutrição e Dietética (2006) pela Escola Técnica Estadual Presidente Vargas. Licenciada em Educação Física (2009) pela Universidade de Mogi das Cruzes. Bacharelado em Educação Física (2010) pela Universidade de Mogi das Cruzes. Licenciada em Pedagogia (2012) pela Universidade Nove de Julho. Pós Graduada em Psicopedagogia (2015) pela Universidade Brás Cubas. Licenciada em História (2018) pelo Centro Universitário de Jales. Pós graduada em Psicomotricidade (2020) pela Faculdade Educamais. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo.

UÇÃO

CLÁUDIO A
cidade abriu meu
quanto cada
ação foi importan

DESTA
A CRIANÇA, A LINGUAGEM E A APP
REFLEXÕES SOBRE A CULTURA IND

www.primeira



Filiada à:



AUTORES(AS):

- Adeilson Batista Lins
- Aline Pereira Matias
- Anna Caroliny Lima Kecek Ruis
- Arlete Nogueira dos Santos Braga
- Carla Lima Almeida de Couto
- Edna dos Reis Ricardo
- Fellipe William Marques Martins
- Glaucete Castor de Medeiros
- Iolanda Aparecida dos Santos
- Isac dos Santos Pereira
- José Wilton dos Santos
- Kelly da Cruz Bianchini
- Maria Vanuzia de Lima Santos
- Márcia Dantas dos Santos da Silva
- Marinalda Bezerra da Silva
- Michelly Aparecida Nogueira Sousa dos Santos
- Rosemary Nunes Gomes
- Vera Lucia Brasilino

ORGANIZAÇÃO:

Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.14.2021>

Edições
Livro Alternativo

www.primeiraevolucao.com.br

